

PRINCIPAIS FATORES DA EVOLUÇÃO DO LATIM VULGAR NA PENÍNSULA IBÉRICA: CONCEITOS FUNDAMENTAIS

José Mario Botelho (FFP-UERJ)

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo a apresentação sintética dos principais fatores da evolução do latim vulgar, que justificam a formação das línguas românicas. Para isso, vamos conceituar língua e dialeto e identificar as causas e as consequências da dialetação da língua latina, o que caracteriza a sua evolução, cujas consequências fundamentam o surgimento das línguas românicas e, por conseguinte, a da língua portuguesa. Convém ressaltar que as evoluções podem ser “espontâneas” ou “motivadas”: aquelas se dão naturalmente com o uso da língua; estas, por uma dada necessidade do falante no uso da língua. Porém, há casos em que uma causa a outra, já que não são estanques.

Palavras-chave:

Evolução linguística. Mudanças espontâneas. Mudanças motivadas.

RÉSUMÉ

Cet article vise à présenter un résumé des principaux facteurs de l'évolution du latin, qui justifient la formation des langues romanes. Pour cela, nous allons conceptualiser langue et dialecte et identifier les causes et les conséquences de la dialectisation de la langue latine, qui caractérise son évolution, dont les conséquences sous-tendent l'émergence des langues romanes et, par conséquent, celle de la langue portugaise. Il est à noter que les évolutions peuvent être « spontanées » ou « motivées »: celles-ci se produisent naturellement avec l'usage du langage; ceux-ci, pour un besoin donné du locuteur dans l'utilisation de la langue. Cependant, il existe des cas où l'un provoque l'autre, car ils ne sont pas étanches

Mots-clés:

Changements spontanés. Changements motivés. Évolution linguistique.

1. Introdução

Como o nosso objetivo é o de apresentar os principais fatores da evolução do latim vulgar na România¹¹¹ europeia, mais precisamente, na península Ibérica, onde surge a língua portuguesa, vamos conceituar língua e dialeto e identificar as causas e as consequências da dialetação

¹¹¹ O termo se refere à área ou região do antigo Império Romano ou “o conjunto dos territórios, onde se falou latim ou onde se fala atualmente uma língua românica, incluindo-se as respectivas literaturas e a cultura de seus povos” (BASSETTO, 2001, p. 178-9).

do latim vulgar, o que caracteriza a sua evolução, cujas conseqüências fundamentam a formação das línguas românicas e, por conseguinte, a da língua portuguesa.

Sem dúvida, certos fatos gramaticais que marcaram a evolução da língua latina se relacionam a fatos gramaticais da língua portuguesa, e tal relação torna possível a compreensão de sua história interna¹¹², que não será enfatizada no presente trabalho, uma vez que não é o nosso objetivo fazer gramática histórica. Pretendem-se, contudo, descrever alguns fatores da evolução linguística durante a formação das línguas românicas e relacioná-los ao atual estágio da língua portuguesa. Também lançaremos mão de fatos históricos que fazem parte da história externa do português, sempre de forma abreviada, já que o referido tema requereria um espaço muito maior do que o destinado a este artigo, se considerarmos a asserção de Câmara Jr. (1985):

A história externa da língua portuguesa compreende, por exemplo, a conquista romana na península Ibérica (consolidada no séc. I a.C.), a invasão dos bárbaros germanos e a constituição de **impérios bárbaros**¹¹³, como o visigótico (séc. V – séc. VIII), o domínio árabe na península e a luta da reconquista cristã (a partir do séc. VIII), a formação do reino de Portugal (séc. XII), a sua expansão ultramarina (a partir do séc. XV), bem como o advento da cultura renascentista (séc. XVI), a maior influência cultural e o domínio político por parte da Espanha (primeira metade do séc. XVII), a maior influência cultural francesa (a partir do séc. XVIII); no Brasil, a importação de populações negras, o contacto dos portugueses com os índios, a imigração interna, etc. (CÂMARA Jr., 1985, p. 139)

Acerca das transformações por que passa uma dada língua durante o período de sua formação, Saussure (1996 [19--]) já observava que o conjunto dessas transformações sempre se relaciona à sua evolução linguística, que se dá em níveis fonéticos, morfológicos, sintáticos, semânticos etc. O autor genebrino comenta que a linguagem é

¹¹² O estudo de história de uma língua é de duas naturezas distintas, mas não estanques: a história interna e a história externa. A história interna de uma dada língua constitui-se nos seus fatos gramaticais propriamente, cujos estudos se rotulam como gramática histórica (Cf. CÂMARA Jr., 1985, p. 130 e 139).

¹¹³ Valho-me do grifo para observar que não ocorreram impérios bárbaros propriamente, mas domínios de várias tribos góticas, com especial atenção ao dos visigodos, que submeteram a todos os peninsulares – as primeiras tribos bárbaras invasoras e os ibéricos remanescentes –, por um tempo considerável (do séc. V ao séc. VIII) e com uma organização político-administrativa destacável.

constantemente uma instituição atual e um produto do passado, uma vez que ela implica, ao mesmo tempo, “um sistema estabelecido, sincrônico, e uma evolução, diacrônica” (Cf. SAUSSURE, 1969 [19--], p. 16), uma vez que as línguas evoluem constantemente. Faraco (2005, p. 14) afirma que “a realidade empírica central da Linguística Histórica é o fato de que as línguas humanas mudam com o passar do tempo”, porquanto nenhuma língua constitui uma realidade estática. Portanto, o estudo da evolução da língua latina na península Ibérica, o qual revela os fatos gramaticais que se efetivaram na formação de diversas línguas românicas na península desde a queda do Império Romano, após a invasão dos povos bárbaros no séc. V d.C., constitui a base dos estudos diacrônicos do português. Daí, a necessidade de descrever os principais fatores que se relacionam direta ou indiretamente à evolução do latim, que justificam o surgimento da língua portuguesa.

De certo, não se pode ignorar a perspectiva sociolinguística que concebe a variação linguística como um movimento comum e natural, que determinados linguistas variacionistas veem como sendo exclusivamente por ação do usuário falante. Certamente, a variação linguística não é necessariamente um processo que se dá por conta da vontade de cada falante, que se expressaria de uma forma particular e independente do sistema da língua em si. Sobre isso, nos afirma Camacho (2011):

[...] a variação não é um processo sujeito ao livre arbítrio de cada falante, que se expressaria, assim, do jeito que bem entender; muito pelo contrário, a variação é um fenômeno regular, sistemático, motivado pelas próprias regras do sistema linguístico. (CAMACHO, 2011, p. 35) (grifo do autor)

De fato, há casos em que a mudança se dá especialmente por fatores históricos e culturais, de acordo com o contexto histórico, geográfico e sociocultural, em que os seus usuários se manifestam oralmente e até “parece” terem o controle das variações fonéticas e léxicas quase que plenamente.

Como observa Tarallo (1997, p. 24), a Sociolinguística se propõe “organizar o aparente caos de variantes”. Contudo, o faz sob o postulado da existência de uma ordem e um sistema nas ocorrências de variantes e procura determinar os fatores motivadores de tais variações. Logo, a abordagem variacionista se caracteriza por estabelecer pressupostos teóricos que possam justificar a existência de uma regularidade e uma sistematicidade naquele suposto caos linguístico e, assim, poder demonstrar como se dá o movimento das variações: a sua implementação, seu esta-

belecimento – que provoca mudanças na língua –, o seu desaparecimento e até mesmo o seu reaparecimento. Esse constante movimento comum a todas as línguas é o que nos faz afirmar que toda língua é um sistema em constante acomodação às também constantes necessidades das comunidades linguísticas.

Não há dúvida quanto ao fato de a língua se organizar como um sistema dinâmico, que busca continuamente um equilíbrio. Logo, como um sistema que é toda língua, podem as suas próprias estruturas causar uma dada mudança ou ser o principal elemento causador de uma variação, embora nem toda variação cause uma mudança. Assim, redundâncias linguísticas podem tomar um novo sentido ou simplesmente ser eliminadas da língua, de modo que oposições pouco ou nada funcionais podem desaparecer ou ser substituídas; novas oposições também podem surgir para preencher eventuais lacunas, sentidas pelo usuário no ato da comunicação ou expressão do pensamento.

A Sociolinguística Variacionista tem comprovado a existência de variação linguística e de suas estruturas heterogêneas nas diferentes comunidades linguísticas. Postula, entretanto, a existência de fatores extralinguísticos, dependentes do comportamento social, tratando da estrutura e da evolução da linguagem como um fenômeno social, cuja evolução diacrônica evidencia as mudanças sociais, mas também considera as mudanças internas – aquelas inerentes ao próprio sistema da língua.

Weinreich; Labov; Herzog (1968) concebem a língua como um produto do ser humano, justificando que “as estruturas variáveis contidas na língua são determinadas por funções sociais” (*Idibidem*, p. 198), contudo afirmam também que “no desenvolvimento de uma mudança linguística, fatores linguísticos e sociais estão fortemente inter-relacionados” (*Idibidem*, p. 188). E essa já era a visão de Saussure, que também concebia a variação linguística como um fenômeno que pode ocorrer ao longo do tempo, do espaço geográfico, da estrutura social, da situação ou contexto de uso (Cf. SAUSSURE, 1969).

2. Aspectos fundamentais e alguns conceitos importantes

Convém observar, primeiramente, que uma língua como sistema de possibilidades linguísticas não subsiste em um usuário isolado, como um idioleto, mas sim, em uma dada comunidade linguística, onde várias modalidades de seu uso se efetivam. O idioleto em si não tem o porquê de existir, já que toda língua é um fenômeno social e não “um sistema

linguístico de uma única pessoa, por refletir o seu modo particular de usar a língua”, que é propriamente um estilo – objeto de estudo da Estilística (Cf. CÂMARA JR., 1985).

Decerto, diferentes modalidades de uso da língua, que estão relacionados a fatores diversos (regionais e/ou sociais, de idade, de sexo, de grau de escolaridade etc.), existem em todas as comunidades linguísticas. Tais fatores regionais e sociais (e outros), principalmente em função do tempo, sempre produzem usos variantes da língua de uma dada comunidade linguística, os quais são chamados de “dialetos”¹¹⁴.

Assim, pode-se observar uma hierarquia nas oposições linguísticas superficiais ou secundárias de uma dada língua. Tais oposições geram dentro dela umas divisões, denominadas “falares” ou variantes ou modalidades, que se agrupam nos referidos dialetos. Esses “falares ou linguagens regionais” se apõem entre si e a uma “língua nacional” ou fazem parte dela. Em trabalho anterior, observei que “a língua nacional, que é comum a todos os usuários de uma nação, reúne todos os falares regionais, o que a caracteriza como um sistema de possibilidades de uso da língua” (BOTELHO, 2010, p. 2473). Grosso modo, poder-se-ia dizer que dialetos ou linguagens regionais são semelhantes línguas coexistindo no mesmo espaço geográfico.

Cabe à Dialectologia arrolar, sistematizar, analisar e interpretar os traços linguísticos dos dialetos. A Geografia Linguística, que é um método comparativo, tem sido muito utilizada desde o início do século XX nos estudos linguísticos comparativos e dialetológicos, especialmente, nos estudos de línguas românicas. A partir desse método, criam-se mapas de ocorrências de formas linguísticas de inúmeras e diferentes línguas e dialetos ou falares.

Com essa técnica moderna a Dialectologia pode apresentar mapas da distribuição geográfica de diferentes traços linguísticos dialetais, nos quais mapas normalmente traçam isoglossas¹¹⁵. Também podem elaborar atlas linguísticos de uma dada região, em que ocorre um dado dialeto ou

¹¹⁴ Em princípio, considera-se adequada a acepção moderna, de natureza sociolinguística, em que o termo “dialeto” se refere à forma com que uma língua se realiza numa comunidade linguística específica. Trata-se de uma língua de menor prestígio, ou uma variedade ou variante linguística.

¹¹⁵ Linhas que ligam os pontos de um território em que se verifica um ou mais traços linguísticos e servem de demarcação geográfica para determinada alteração ou diferença fonética.

variações linguísticas. A descrição dos falares – usos dialetais de uma dada língua – por meio de monografias é outra técnica muito utilizada nos estudos dialetológicos.

Convém ressaltar que a partir dos estudos da Dialetoologia com o método da geografia linguística pode-se considerar um novo conceito de “língua”; língua deixou de ser vista como um organismo vivo autônomo e independente do falante e passa a ser vista “como ‘sistema de isoglossas’, que se estabelece com base no falar concreto e, historicamente, como unidade e continuidade duma tradição linguística numa comunidade” (COSERIU, 1997, p. 111, grifo do autor).

2.1. Conceituando “língua” e “dialeto”

Considerando que toda língua constitui um conjunto de regras fonéticas, morfológicas e sintáticas, e o que a distingue do que comumente se denomina “dialeto”, que também é um conjunto de regras fonéticas, morfológicas e sintáticas, é o fato de o dialeto ser uma língua de menor prestígio, instaura-se uma celeuma. De modo geral, pode-se dizer que “entre dialeto e língua não há diferença essencial senão a circunstância de ser a língua aquele dialeto que, entre outros muito usados no mesmo país, se preferiu empregar como linguagem de chancelaria, servindo para a escrita de todos os documentos oficiais”, como observou Said Ali (1965, p. 18).

Logo, o uso da língua nacional – o idioma – se efetiva nas repartições públicas e em toda a documentação que tramita em todo o território nacional e no exterior, quando não se é exigida a língua nacional do país interlocutor ou quando não convém o uso de uma língua franca (atualmente, o inglês). Também é a língua nacional a ensinada nas instituições escolares. É, ainda, o uso do idioma pátrio que predomina nas reuniões religiosas nos diversos templos em todo o país. Por último, destaca-se também a utilização da língua nacional nas manifestações artístico-culturais, literárias, cinematográficas etc., quando não se deseja ressaltar um jargão ou um uso dialetal em especial.

Assim, faz-se necessário esclarecer o termo “dialeto”, cuja aplicação por parte de muitos “estudiosos” tem-se revelado um reducionismo, por vezes, pernicioso.

Consta em alguns escritos acadêmicos que Max Weinreich, sociolinguista russo (ou letônio) e pai de Uriel Weinreich, teria feito a seguinte piada: “uma língua é um dialeto com um exército e uma frota¹¹⁶”, para demonstrar que a diferença entre língua e dialeto é de natureza política e não propriamente linguística.

Portanto, dialeto constitui os diferentes usos de uma dada língua, como se pode depreender da seguinte definição feita por Câmara Jr. (1985):

Do ponto de vista puramente linguístico, os dialetos são falares regionais que apresentam entre si coincidência de traços linguísticos fundamentais. Cada dialeto não oferece, por sua vez, uma unidade absoluta em todo o território por que se estende, e pode dividir-se em subdialetos, quando há divergência apreciável de traços linguísticos secundários entre zonas desse território. (CÂMARA JR., 1985, p. 95)

A classificação de dialetos e subdialetos de uma dada língua é convencionalizada, e se baseiam preferencialmente em traços fonéticos e morfológicos, os quais, na língua em si, são aspectos normalmente mais estáveis e sistemáticos. Já observara em trabalho anterior que

[...] os traços linguísticos utilizados na identificação de dialetos e subdialetos de uma dada língua são os fonológicos e os morfológicos, porquanto são eles que se sobressaem e os caracterizam. Isto é, um dialeto ou variação linguística compõe-se fundamentalmente de uma pronúncia e de um vocabulário particularizantes em relação à língua como um todo. (BOTE-LHO, 2008, p. 61)

Na classificação dos diferentes tipos de dialetos, acrescentam-se aspectos extralinguísticos de naturezas diversas (social, política, psíquica, de gênero, de idade etc.). Câmara Jr. (1985, p. 95) observa que “quando se verificam essas condições extralinguísticas, mas não a coincidência dos traços linguísticos essenciais, já não se têm dialetos, mas línguas distintas”.

Convém ressaltar que a noção de dialeto não se resume tão somente a essa, que vimos descrevendo, porquanto há outras duas diferentes acepções:

Dialeto é uma corrupção da língua, ou seja, produto da evolução normalmente espontânea da língua, cujo resultado é uma deriva tão característica, que os usuários de outra comunidade podem ter dificuldade de reconhecimento daquele uso, como sendo um uso ou modalidade da sua língua. [...]

¹¹⁶ A frase é parte de uma palestra em língua iídiche na conferência anual da YIVO de 5 de janeiro de 1945.

Ainda podemos associar “dialeto” ao fato de uma dada estrutura linguística (língua dialetal) estar subordinada a uma região politicamente organizada, em que uma língua é oficial. (BOTELHO, 2008, p. 59)

De fato, Circunstâncias históricas, alterações de estruturas sociais ou políticas também podem condicionar mudanças linguísticas. Por exemplo, a fragmentação política da península Ibérica após a queda do Império Romano, em consequência da instituição dos diversos reinos góticos, foi uma das causas da dialeção do latim peninsular. Essa causa externa de mudança linguística – a criação de fronteiras políticas com o estabelecimento daqueles reinos – contribuiu sobremaneira para a fragmentação dialectal da língua latina, da qual se formaram os inúmeros romances (ou línguas românicas).

3. *Causas e as consequências da dialeção da língua latina: fatores da evolução do latim na península Ibérica*

Considerando que o latim já se mostrava variante na península Ibérica e nas demais regiões dominadas pelos romanos ainda durante o Império Romano, pode-se dizer que a dialeção da língua já se fazia sentir ainda durante a romanização. Na verdade, desde os primeiros contatos com os falares dos povos conquistados pelos romanos naquela península, o latim sofria a influência dessas formas de comunicação, que se lhe tornavam substratas¹¹⁷.

O processo de dialeção, que antes era lento e dissimulado, acelerou-se após a queda do Império, pois os substratos passam a atuar sem o controle, que se impunha durante a romanização, a qual deixa de existir. E isso constitui um dos fatores principais da evolução do latim vulgar, que também passou a ser a comunicação dos invasores vencedores.

A dialeção da língua latina peninsular foi, portanto, um processo de corrupção da língua – produto da evolução normalmente espontânea –, cujo resultado foi uma deriva tão característica, que os usuários das diversas comunidades outrora sem a delimitação de fronteiras propriamente dita passaram a ter dificuldade de reconhecimento dos diferentes usos, como sendo um uso ou modalidade da sua língua (Cf. BOTELHO, 2008).

¹¹⁷ O termo se refere às línguas (ou falares) dos povos conquistados pelos romanos, que passaram a usar a língua latina como forma de comunicação. Logo, substrato é a língua de um povo conquistado que adere à língua do povo conquistador.

3.1. Primeiros momentos da evolução do latim vulgar na península Ibérica

Desde o século IV, muitas tribos germânicas já se instalavam pacificamente nas áreas internas do ainda Império Romano, próximas das fronteiras. Muitos daqueles bárbaros eram contratados como mercenários para os exércitos romanos (Cf. BOTELHO; OSÓRIO, 2021).

Nessa época, o Império já estava em decadência e os romanos já não tinham condições econômicas de manter as fronteiras e já não podia evitar o declínio do Império, que era certo.

No séc. V d.C., o Império Romano sofre uma maciça invasão dos bárbaros germânicos e é totalmente destruído por essas invasões góticas. A partir de 409, a península Hispânica foi invadida pelos alanos, os vândalos e os suevos, numa ação conjunta e maciça. Rápido e facilmente, ocuparam toda a Hispânia, atravessando-a e chegando ao Norte da África. Em 410, os bárbaros visigodos chegaram a Roma e a saquearam de forma brutal; destruíram templos e escolas, onde a língua latina era ensinada aos romanizados da península, quebraram estradas, isolando assim as regiões do antigo Império. Ainda no início do século V (em 418), os bárbaros visigodos, que já dominavam o sul da Gália, invadiram a Hispânia, expulsaram os bárbaros vândalos e alanos e se fixam em grande parte dela. Em 558, subjugam o restante dos alanos, os vascões e os suevos e anexam a península ao seu reino do Sul da Gália.

As linguagens desses povos góticos, que eram essencialmente guerreiros e de cultura diferente da dos romanizados, foi para a língua latina – o latim vulgar – um superstrato, que se caracteriza por ser a língua do vencedor que passa a usar a língua do vencido. Além da língua, os bárbaros vencedores também adotaram outros elementos de civilização romana: a religião cristã, a organização político-administrativa, entre tantos. Adotaram a língua latina, falada na península, apesar de abalar efetivamente a unidade político-cultural da região do antigo Império Romano, pois as escolas foram fechadas, as estradas foram destruídas e novos elementos culturais foram introduzidos. Esse *status quo* criou verdadeiras fronteiras linguísticas entre as comunidades falantes da România peninsular, que ficaram praticamente separadas; algumas isoladas.

Dá-se, então, um processo natural de dialetação do latim; e, embora a latinização se fizesse presente, pois o latim vulgar já bastante alterado ainda era o meio de comunicação dos peninsulares – invasores e ro-

manizados, e seus descendentes – a língua latina praticamente se perde, como observa Câmara Jr:

Quando começaram francamente as invasões germânicas (séc. V), o latim, naturalmente com variações regionais e muito evoluído, era a nova língua nativa da península Ibérica. A ocupação do território por nações germânicas não alterou essencialmente a latinização. (CÂMARA JR., 1985, p. 16)

A ação dos substratos latinos – falares ou línguas dos celtiberos¹¹⁸ – torna-se efetiva, com a falta daqueles elementos reguladores: as escolas, os templos, as estradas, que ligavam as regiões, a coerção social, os mandos de um imperador etc. Impunham, entretanto, as forças contrárias à latinização, que não deixou de acontecer.

Dá-se um verdadeiro caos linguístico, pois, nas regiões ocupadas por novos falantes ou isoladas umas das outras, se estabelecem falares ou dialetos específicos, o que dificulta a comunicação entre os peninsulares daquela atualidade. E desses falares ou dialetos do latim vulgar local, organizados e compreendidos pelos membros das diversas comunidades linguísticas que se formam, surgem os romances ou romanches. Logo, o romance constitui um meio de comunicação inteligível e compreensível entre os membros de uma dada comunidade de fala, que podia ser uma pequena ou vasta região comandada por um daqueles senhores gótico-cristãos. Muitos foram os romanches, que surgiram.

3.2. *Circunstâncias da evolução do latim vulgar*

Uma marcante característica do ser humano é a capacidade de falar uma língua, que é, em si, um fenômeno cultural e, por conseguinte, uma criação do próprio ser humano, que não para de evoluir. Podemos afirmar também que a língua, como um produto por ele criado – também está em constante evolução e que ela muda porque mudam as necessidades expressivas de seus falantes.

Logo, uma das características do próprio sistema da língua é o de ser um sistema aberto, que está constantemente em elaboração, embora se nos mostre estático. Poder-se-ia pensar no paradoxal

¹¹⁸ O termo se refere aos povos que habitavam a península Ibérica antes da chegada dos romanos no séc. I a.C. “Depois da invasão dos celtas (povos de origem árica, vindos provavelmente do sul da Alemanha), por volta do século V a.C., que se estabeleceram ao norte da península, paulatinamente os iberos se mesclaram com este povo, dando origem aos povos celtiberos, como os chamavam os romanos” (BOTELHO, 2021, p. 11, no prelo).

conceito de “dinamismo estático da língua”, porquanto, ela pode revelar-se com o dinamismo da oralidade e o caráter estático da escrita. Assim, inovações, adequações às necessidades de uso, continuidade com a aceitação do que seria uma idiossincrasia, fixação de usos, normalização etc., tudo isso a serviço da comunicação entre os falantes nos permite pensar em dois tipos de evolução linguística: espontâneas ou motivadas.

A evolução espontânea é aquela que se dá naturalmente com o uso da língua; e como o falante sempre procura utilizar a língua da forma mais fácil, simples e objetiva possível, a mudança se dá sem que os usuários percebam. Não podem, pois, serem os causadores diretos da tal mudança, embora não se possa negar que a eventual evolução linguística se efetive na prática da língua pelos seus usuários.

A evolução motivada é aquela que é criada por uma falta da própria língua, sentida pelos seus usuários na sua prática ou pelo contato com outra(s) língua(s), que provoca o aparecimento de uma novidade. Nesse caso, os usuários são os criadores do fato novo, embora inconscientes em muitos casos, já que nem sempre se podem precisar o momento exato da mudança e/ou o seu criador.

Apesar de serem distintas, as evoluções espontâneas ou motivadas podem ocorrer simultaneamente, pois não são estanques. Não raro, se podem identificar no português, por exemplo, casos em que uma causa a outra, como é o caso da formação dos futuros verbais portugueses, que não é propriamente uma evolução de um dos futuros do latim. Sabe-se que as necessidades expressivas dos falantes na época de formação das línguas românicas se modificaram – a gramática dos verbos se modificou –, porque deixaram de atender às necessidades daqueles usuários. A expressão do futuro latino se apresentava complexa para os novos usuários, que o deixaram de lado e, para exprimir a noção de futuro, que lhes era necessária, criaram uma nova forma, inicialmente analítica com o auxílio do *habere* em indicativo posposto ao infinitivo do verbo principal (Ex.: *amare habet* > amare (h)abe(t) > amare ae / a(y) > amare(i) = amará/ amarei, em português; *amare habebat* > amare (h)abeba(t) > amare ebeba / (e)ea > amare ia = amaria, em português). Portanto, o desaparecimento do futuro simples (*amabo* – “amarei”) e do futuro anterior (*amauera* – “tereí amado”) foi causado pela evolução espontânea. Em consequência disso (falta do tempo futuro), nas línguas românicas sobreveio a necessidade de se expressar esse tempo, o que se deu por uma evolução motivada (no português: amar hei > amarei; terei amado).

De fato, a formação das línguas românicas tem a sua origem principalmente na evolução espontânea, sendo a evolução motivada responsável por certas características de uma dada língua românica. De modo geral, as mudanças ocorrem por causa de uma necessidade do falante de tornar a sua fala mais exata ou mais expressiva; as criações ocorrem todo o tempo: novas pronúncias, novas palavras (o que é muito comum) e até mesmo construções sintáticas, que “se criam” com elementos do sistema da própria língua, podem surgir ou pelas tensões paradigmáticas, que ocorrem no interior do sistema, ou pelas tensões sintagmáticas, que ocorrem entre sons contíguos na fala.

Considerando plausível o conceito de “tensão sintagmática”, há estudiosos que afirmam que o próprio sistema fonológico de uma dada língua revela um equilíbrio entre a necessidade de distinguir um número conveniente de unidades significativas e a tendência natural a restringir o uso dos meios de expressão.

Portanto, o conceito de “dialeto” que se refere à dialeção do latim vulgar na península Ibérica é fundamental para a compreensão do processo de formação da língua portuguesa, o que justifica a sua classificação como língua neolatina. E embora não se tenha em nossa literatura nenhum relato e documentos que descrevam o período de sua formação como um romance ou língua românica, é conveniente tomar como próprio do português certas descrições de aspectos de formação das línguas românicas, como por exemplo, a formação do tempo futuro, que descrevi acima, uma vez que tais aspectos se podem constatar na língua portuguesa hodierna.

Não se pode negar, portanto, que, quando uma língua se estende por um vasto território ou concorre com outras línguas numa mesma região ou ainda quando diversas comunidades linguísticas se efetivam numa mesma extensão territorial, a probabilidade de ocorrerem mudanças linguísticas é muito grande.

As diversas comunidades vão criando, de forma espontânea, paulatina e inexorável, seus modos praticamente particulares de uso da língua. Tal fenômeno, que pode ser mais ou menos efetivo e profundo, é o fator que determina o aparecimento de um falar regional, ou de um dialeto propriamente dito, ou até mesmo de uma nova língua. (BOTELHO, 2010, p. 2474)

Logo as circunstâncias da evolução de uma língua estão indubitavelmente ligadas a fatores regionais e/ou sociais. De modo que a cada seleção de variantes de uma dada língua em uma dada região, normalmente aceitas por um eventual grupo de usuários socialmente prestigiado, pode

representar uma nova fase dessa língua com suas inovações. Aceita e entendida à maioria de usuários de uma comunidade linguística, tais inovações passam a compor o inventário da língua e tendem a tomar um caráter normativo, já sendo parte do seu sistema.

3.3. Fatores determinantes da evolução do latim vulgar

Primeiramente, convém ressaltar que muitas são as formas de usos de uma dada língua nas diversas comunidades linguísticas que compõem a área em que tal língua se efetiva. Os fatores que determinam esses usos não se circunscrevem a um indivíduo falante isoladamente, mas a um grupo de usuários, que interagem uns com os outros e compõem praticamente um pensamento comum, que é mediado pelo sistema da língua de que se utilizam na sua comunicação e expressão de seus pensamentos.

De fato, as variedades de uso de uma língua resultam de diferentes fatores de natureza linguística e, não raro, extralinguísticas, tais como fatores regionais e sociais ou ambos. Não se pode negar que fatores regionais e sociais podem produzir usos variantes da língua de uma dada comunidade linguística, os quais são comumente chamados de dialetos, como vimos anteriormente.

Dos três conceitos viáveis para o termo “dialeto”, vimos acima que um se refere a um tipo de corrupção da língua, ou seja, produto da evolução normalmente espontânea da língua, cujo resultado cria nos usuários de comunidades diferentes certa dificuldade de reconhecimento daquele uso, como sendo um uso ou modalidade da sua língua. É o que ocorreu com o latim, que se transformou, primeiramente em romanos, e, na sequência evolutiva, nas línguas românicas.

Embora haja certas restrições para a sua formação, o fenômeno de dialetação de uma dada língua é muito comum, principalmente quando se dá num grande território ou em várias regiões descontínuas e, por vezes, distantes e de sistemas políticos diversos. Tal situação se deu no caso do latim após a queda do Império Romano; a antiga área administrada pelos romanos ficou fragmentada e as comunidades linguísticas se distanciaram, sendo que algumas regiões ficaram sem a comunicação que existia.

Também constitui uma restrição extralinguística à formação ou à manutenção de um dialeto a instituição de uma política linguística nacional e organizada, à qual se subordinam as diferentes comunidades linguísticas. Na România ibérica, por exemplo, não se estabeleceu uma po-

lítica linguística organizada com as formações dos diversos reinos góticos, exatamente porque os vencedores góticos eram bárbaros e não puderam evitar a continuidade dos elementos culturais latinos. Ao contrário, os bárbaros invasores assimilaram tais elementos: passaram a usar a língua cristã da península, que já não era propriamente o latim dos romanos; estabeleceram seus reinos gótico-cristãos, em que se instituíram as línguas românicas, e não evitaram a latinização.

Decerto, quando um falar se sobrepõe a essas condições extralinguísticas, de modo que não haja mais a coincidência dos traços linguísticos essenciais da língua de referência, já não se trata mais de um dialeto – linguagem variante –, mas de uma língua distinta (Cf. CÂMARA JR, 1985 – trecho já citado na p. 7 acima), como se deu com a dialeção do latim vulgar após a queda do Império Romano.

O Séc. V marcou o surgimento dos romances, cujo período de atuação se estendeu até o Séc. IX, em que se multiplicaram os falares em toda a România. Nesse período, a evolução dos romances estava em plena atividade em toda a România: muitos desapareceram, porém; outros se fundiram e outros foram tomados como línguas românicas.

Do caos linguístico que se estabeleceu com a dialeção por volta dos séculos VI e VII, surgiam inúmeros romances, cujos traços linguísticos essenciais já não eram mais os mesmos do latim vulgar. Muitos desses romances evoluíram para as dezenas de línguas românicas, poucas das quais são hoje línguas neolatinas. O português é uma dessas quatro línguas da península Ibérica, denominadas línguas neolatinas.

Por volta do VII para o VIII séculos, vários reinos visigóticos ou gótico-cristãos já se estabeleciam e se instituíam também um falar do reino. Logo, um romance em especial era tomado naturalmente como a língua de um dado reino; por vezes dois ou mais romances se confundiam e passavam a ser uma língua de uma dada região. Assim, muitos romances iam desaparecendo ou se desenvolvendo e sendo tomados como uma língua românica.

Assim, a partir do séc. VIII, quando a península foi invadida pelos árabes, até por volta do século X, surgiram as muitas línguas românicas, mas em número bem menor que o número de romances até então existentes. Essas línguas românicas, que em muitas regiões da península (e de outras áreas da România) coexistiam com romances, desenvolviam-se naturalmente e se distinguiam da língua latina tardia – o latim imperial –, que ainda subsistia na România – área do antigo Império Romano.

Isto é o mesmo que dizer que novas gramáticas, diferentes da do latim, iam surgindo, desenvolvendo-se e se estabelecendo no uso das línguas de origem latina em toda a România; logo, em toda a Hispânia (ou península Hispânica, como era chamada a península Ibérica na época), muitas línguas românicas foram formadas.

Ainda no séc. VIII, sob o domínio dos visigóticos, que se encontravam numa crise política, a península sofre a invasão dos árabes muçulmanos, os mouros maometanos, que dominam grande parte da península, transformando-a num Califado Omíada com capital em Córdoba, ao sul da Hispânia.

Os invasores muçulmanos efetivam o seu domínio, que abrange praticamente toda a península. Apenas ao extremo nordeste da península subsiste a região de Cantábria e Navarra ou Reino de Pamplona e ao norte, a Astúria.

Aqueles árabes impõem severas normas de convivência, oficializando, inclusive, a língua árabe na península, que era o seu Califado. Porém, muitos cristãos ortodoxos, que não se submeteram ao islamismo e à língua árabe, se rebelam e fogem para a região montanhosa das Astúrias, ao norte da península, e criam uma verdadeira Resistência, que deu início à Reconquista.

Esse *status quo* impõe um novo rumo à latinização, sob a qual muitas línguas românicas estavam se desenvolvendo e se impondo como o principal meio de comunicação na península. É nessa época, por volta dos séculos VIII e IX, que se destacam os romances (ou quase línguas românicas): aragonês, o catalão, o castelhano, o asturiano, o astur-cântabro, o cântabro românico, o navarro ou navarro-aragonês, o arão ou aran, o leonês, o asturo-leonês, o galiciano, o lusitano, o moçárabe e outros tantos falares cristãos ou românicos. De alguns deles, surgem línguas românicas com o mesmo rótulo, que mais tarde também se perdem. É dessas línguas românicas que se originam o que comumente denominamos línguas neolatinas (ou novilatinas), embora haja autores que também não distinguem as duas denominações, como se pode depreender da seguinte asserção de Ismael Coutinho (1976):

As línguas neolatinas não se derivaram diretamente do latim, mas entre aquelas e este houve os vários *romances* – assim se chamavam as modificações regionais do latim –, dos quais saíram então as línguas românicas. (COUTINHO, 1976, p. 43)

Nessa fase de transição, têm-se diversos textos escritos em latim bárbaro¹¹⁹ (ou imperial), os quais evidenciam as diversas línguas românicas. Neles, os copistas da época sempre deixavam marcas de sua oralidade, o que nos possibilita, inclusive, supor que um romance lusitano (ou português) já devia existir no séc. VIII, pois podemos encontrar indícios desse falar cristão em textos, escritos em latim bárbaro do final daquele século.

4. Considerações finais

Embora este estudo não seja cabal, acredito ter sido suficiente a apresentação dos fatores da evolução do latim vulgar, que, considerados como as principais, foram descritos nestas poucas páginas. Os conceitos de língua e dialeto apresentados facilitam a identificação das causas e das consequências da dialeção da língua latina, que se relaciona ao surgimento das línguas românicas e, por conseguinte, o da língua portuguesa.

Vimos, portanto, como a língua latina evoluiu durante o seu uso pelos povos, que habitaram a península Ibérica em diferentes épocas e situações desde a queda do Império Romano até o Séc. X. Vimos, também, que, do latim falado por essas comunidades, surgiram diversas línguas românicas, uma das quais foi o português, e que a sua evolução se deu em alguns casos de forma espontânea e em outros de forma motivada.

Assim, pôde-se constatar que variações linguísticas se caracterizam como o movimento comum e natural, preconizado pela Sociolinguística variacionista, já que sua existência e de suas estruturas heterogêneas se definem nas diferentes comunidades linguísticas. Logo, a existência de fatores extralinguísticos, tratando da estrutura e da evolução da linguagem como um fenômeno social, depende do comportamento do homem em grupo.

¹¹⁹ O termo se refere a um tipo de latim escrito por escribas profissionais, porém incultos, nos cartórios medievais e em tantos outros documentos, em que se constata marcas da oralidade da época. Segundo Câmara Jr. (1985, p. 65), trata-se de uma verdadeira deturpação “do baixo-latim – usado na Idade Média, como língua escrita, em vez das línguas nacionais”. E este, que se afasta do latim clássico dos escritores latinos, era a continuação do latim dos religiosos nas Igrejas dos primeiros tempos do Cristianismo (Cf. CÂMARA JR. *ibidem*, p. 65).

Vimos, ainda, que há um tipo de mudança linguística, independente de fatores extralinguísticos, que ocorre naturalmente com o uso da língua sem que os usuários percebam.

Uma análise diacrônica da evolução de uma dada língua sempre evidencia, pois, transformações sociais, com as quais as próprias variações linguísticas se relacionam, mas também evidencia as variações linguísticas que advêm do próprio sistema da língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica: história externa das línguas*. São Paulo: Edusp, 2005. (v. I)

BOTELHO, José Mario; OSÓRIO, Paulo. A latinização da península ibérica: a queda do império romano e as suas consequências na geolinguística da península. *Revista Philologus*, Ano 27, n. 80 Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2021. p. 11-26

_____. Filologia: “O que é e qual é o seu campo de atuação?”. Um legado de Bruno Bassetto. *Revista Philologus*, Ano 26, n. 76, Anais do XII SINEFIL, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2020. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO26/76supl/24.pdf>.

BOTELHO, José Mario. Um pouco de história externa da língua portuguesa. *Cadernos do CNLF*, v. XVII, n. 09, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2013. p. 144-56. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xvii_cnlf/cnlf/09/12.pdf.

_____. Breve estudo da origem da língua portuguesa. *Revista Avelavras*, Edição 16, 2º Semestre de 2013. Mato Grosso: UNEMAT-BR, 2013. Disponível em: <http://www2.unemat.br/avelavras/EDICOES/16/artigos/botelho.pdf>.

_____. Causas e consequências da dialeção da língua latina. Um pouco de história externa da língua portuguesa. *Anais do XIV CNLF*, v. XIV, n. 4, Tomo 3. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2010. p. 2471-81. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_3/2471-2481.pdf.

_____. Conceitos fundamentais acerca de fatores de evolução linguística. *Revista Philologus*, Ano 14, n. 42, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2008. p. 52-65. Disponível em: http://www.filologia.org.br/rph/ANO14/42/conceitos_fundamentais_acerca_de.pdf.

CAMACHO, Roberto Gomes. Norma culta e variedades linguísticas. *Caderno de formação: Formação de professores didática geral da UNESP*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 34-49, v. 11

CÂMARA JR., Joaquim Matoso. *Dicionário de Linguística e Gramática*. 12. ed., Petrópolis: Vozes, 1985.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática Histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

COSERIU, Eugenio. *O homem e sua linguagem*. 2. ed. Trad. de Carlos Alberto da Fonseca. Rio de Janeiro: Presença, 1997. Título original: *El hombre y su lenguaje*, 1921.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Parábola, 2005. (Coleção Na ponta da língua; v. 12)

MATTOS, Geraldo; BOTELHO, José Mario. *Fundamentos históricos da língua portuguesa*. Curitiba: IESDE, 2008. (Videoaulas)

RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa, 1995.

SAID ALI, Manoel. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

_____. *Lexeologia do português histórico*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1921.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 1969. Trad. de Antônio Chelini *et al.* São Paulo: Cultrix, 1969, título original: “Cours de Linguistique Générale”, Org. por BALLY, Charles; SECHEHAYE, Albert, Paris: Payot, [19--].

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1997.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In: LEHMANN, W. e MALKIEL, Y. (Orgs). *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.